

económica e social para 2023

à educação, da economia à formação e valorização profissionais, da ciência e das novas tecnologias aos vários setores da atividade económica.

Não se pode perder mais tempo, comprazendo-nos com dados positivos que só abrangem uma pequena faixa

da população micalense. Algumas ilhas correm o risco de desertificação sem retorno, e de um crescimento económico negativo, com consequências graves para o todo regional.

2023 tem de ser um ano de arranque, um ponto de partida para o “novo

normal” ancorado nas prioridades traçadas pela UE.

Muito há a fazer nos domínios da inovação, do conhecimento, da qualificação, da sustentabilidade demográfica, da economia do mar e do espaço, das novas fontes de energia

e na proteção do ambiente.

O arquipélago que é considerado como uma reserva ecológica, um destino apetecível não pode ser um espaço rejeitado pelas jovens gerações.

É neste cenário que se construirá a História de 2023.

José Lourenço, Director do Diário Insular

“Fortalecer algumas pastas governativas”

Na política não me parece que haja alterações significativas: a cerca de dois anos de eleições, os partidos da coligação procurarão demonstrar que estão a aprender com a caminhada, quer em termos de governação, quer em termos parlamentares.

Vão limar arestas e corrigir alguns rumos, mesmo correndo o risco de não satisfazerem algumas clientelas.

Espera-se, já no início do ano, o fortalecimento de algumas pastas governativas com a junção de figuras que emprestem elevado capital político e talvez mais capacidade técnica em algumas direções regionais, dentro daquele princípio segundo o qual até para investir o pouco ou muito dinheiro disponível é preciso arte e engenho e, quer as verbas do PRR, quer os programas operacionais precisam de quem as agarre e as ponha ao serviço do desenvolvimento dos Açores.

Ainda na política, espera-se que o PS dê sinais de que já se convenceu de que é oposição nos Açores e passe a



comportar-se verdadeiramente como tal porque o seu contributo é por demais importante para o presente e futuro dos Açores.

Dos partidos que têm com o governo (ou com parte do governo) acordos de incidência parlamentar e que são vitais para que o governo de mante-

nha de pé espera-se que cresçam em termos de demonstração de responsabilidade política, aliás no caminho demonstrado e que levou à aprovação do Plano e Orçamento para 2023.

Não se espera que deixem de procurar protagonismo e de mostrarem que estão vivos, mas não vão correr o risco de serem fatores de instabilidade, porque se tal acontecer podem desaparecer nas próximas eleições e merecem melhor destino, dado acreditarmos que a pluralidade é essencial à democracia.

No domínio económico, os tempos que se avizinham não são fáceis: inflação e juros em alta, preços da energia vão subir para valores incomportáveis, sobretudo para as empresas, tecido empresarial mais fragilizado do que nunca e, paradoxalmente, dinheiro a rodos da Europa, mas com os governos (central e regional) a manifestarem dificuldade na sua canalização para projetos verdadeiramente inovadores que permitam a criação de riqueza

distributiva através do emprego e de bem-estar social.

Até para gastar dinheiro é preciso ter imaginação e pelo que temos visto, até agora, a maioria desse dinheiro é para investimento e consumo da máquina pública e muito pouco vai chegar à economia real que está depauperada e sem capacidade de endividamento, sendo ela quem mais contribui para o desenvolvimento e criação de emprego e a ver as oportunidades a passarem-lhe à frente.

No domínio social, se não houver as medidas certas de apoio à economia que façam criar riqueza distributiva, se não se continuar a investir na Educação, se o Governo não agir por antecipação, e se a hipótese aventada por alguns economistas de a economia entrar em recessão for mais do que mera hipótese, espera-se que o desemprego suba e com ele os problemas da pobreza a crescer em cima da pobreza. E o desenvolvimento dos Açores, mais uma vez, adiado.

Rui Almeida, jornalista e apresentador de TV

2023: recessão e “ondas de choque”

Sendo tempo de renovação para uns, de afirmação para outros, de radical mudança para outros tantos, a viragem de ano é, seguramente para todos, um momento psicológico de esperança.

Os indicadores são, porém, muito claros: que do ponto de vista internacional, quer a nível doméstico, os tempos que se seguem são de recessão, de acrescidas dificuldades conjunturais para os países, a economia, as famílias, os cidadãos.

Importa partir destes pressupostos que os últimos doze meses moldaram, para que as surpresas sejam mitigadas e a ansiedade controlada. O conflito no leste da Europa produziu um efeito “butterfly” generalizado, promovendo a solidez da economia oriental (sobretudo a chinesa, e para mais em ano de congresso do seu partido único), e a degradação progressiva e consistente das relações financeiras no ocidente, com o agravamento das taxas de juro, os condicionalismos nas trocas comerciais e os bloqueios gerados por

“chain reactions” nem sempre a uma voz, nem sempre totalmente justas, nem sempre com a necessária visão proativa que permitisse salvaguardar muitos milhões de cidadãos das ondas de choque, sobretudo de médio e longo prazo, delas resultantes.

Este é o quadro para o “réveillon”, feliz expressão francesa que personifica o sonho e a esperança, ma que, neste caso, marca apenas administrativamente a viragem de dezembro para janeiro.

Política regional: coligação (mesmo) para quatro anos

Enquanto no país se desmorona o edifício maioritário sonhado por António Costa para uma governação quase sempre a uma só voz, com irritantes e mal disfarçados tiques de autoritarismo e arrogância quanto-baste (de que a sua entrevista à revista “Visão” é exemplo cabal, um dos piores exercícios de comunicação política dos últimos largos tempos, em Portugal...),



na região há uma curiosa mimetização do Partido Socialista, remetido, de há dois anos a esta parte, a uma (o)posição a que não estava habituado há quase duas décadas e meia.

Situação e oposição obrigam a estratégias e protagonismos muitos distintos, e dos sucessivos comportamentos do PS regional resultam duas conclusões: a de que, internamente, é premente uma renovação de “qua-

droso pensantes”, de inteligência política e emocional acima da média, que possam fazer esquecer tristes figuras de alguns dos seus dignitários em cenários nobres (o comportamento sistemático de alguns dos deputados socialistas na Assembleia Legislativa Regional é disso o melhor - ou pior... - exemplo), e, talvez ainda mais importante, um reposicionamento perante o eleitorado, com propostas claras, inequívocas, verdadeiramente alternativas à “governação coligada” de direita, que reponham o PS como forte e consistente alternativa de centro-esquerda e o preparem efetivamente para as eleições regionais de outubro de 2024.

Porque é isso que sucederá: a coligação vai mesmo governar quatro anos (pelo menos) nos Açores. É hoje claro, e sê-lo-á em 2023, que é muito mais o que une os seus integrantes do que o que os separa.

(continua na página seguinte)